



**FACULDADE DE INHUMAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE INHUMAS
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

JAQUELINE DE OLIVEIRA PAULA

**ANÁLISE DA EDUCAÇÃO FÍSICA DURANTE O PERÍODO DA
DITADURA MILITAR (1964-1985): uma revisão de literatura**

**INHUMAS-GO
2019**

JAQUELINE DE OLIVEIRA PAULA

**ANÁLISE DA EDUCAÇÃO FÍSICA DURANTE O PERÍODO DA
DITADURA MILITAR (1964-1985): uma revisão de literatura**

Monografia apresentada ao Curso Educação Física, da Faculdade de Inhumas (FACMAIS) como requisito para a obtenção do título de Licenciatura em Educação Física.

Professora orientadora: Profa. Ma. Amanda de Sá Martins de Bessa.

**INHUMAS – GO
2019**

JAQUELINE DE OLIVEIRA PAULA

**ANÁLISE DA EDUCAÇÃO FÍSICA DURANTE O PERÍODO DA
DITADURA MILITAR (1964-1985): uma revisão de literatura**

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO(S) ALUNO(S)

Monografia apresentada ao Curso de Educação Física, da Faculdade de Inhumas (FACMAIS) como requisito para a obtenção do título de licenciatura em Educação Física.

Inhumas, 16 de dezembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Professora Ma. Amanda de Sá Martins de Bessa
(orientadora e presidente)

Professor Me. Daniel Junior de Oliveira
(Membro)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
BIBLIOTECA FACMAIS

P324a

PAULA, Jaqueline de Oliveira

Análise da educação física durante o período da ditadura militar (1964-1985): uma revisão de literatura / Jaqueline de Oliveira Paula. – Inhumas: FacMais, 2019.

40 f.: il.

Orientadora: Amanda de Sá Martins de Bessa.

Monografia (Graduação em Educação Física) - Centro de Educação Superior de Inhumas - FacMais, 2019.
Inclui bibliografia.

1. Escola, 2. Educação Física, 3. Regime Militar Brasileiro. I. Título.

CDU: 796

Aos meus pais, esposo e amigos. Muito
obrigada pela força!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ter escutado as minhas orações, os meus anseios e além de tudo, ter norteado as minhas necessidades em momento de conflito, nunca me deixou desistir desse sonho.

Aos familiares, por toda a paciência, palavras de carinho e incentivo, a mim direcionado nesse momento de buscar o conhecimento, e nunca me deixaram cair, o meu muito obrigada.

À minha orientadora, professora Amanda Bessa, muito obrigada pela paciência dedicada à realização dessa pesquisa, e por poder compartilhar comigo todos os momentos de conhecimento.

Aos professores, a cada um de vocês, irei levar todo o conhecimento adquirido, e a delicadeza de apresentar a importância de ser professor, mesmo com todas as dificuldades.

Ao meu patrão, Vereador Edivaldo Júnior, por toda a compreensão e a motivação dada a esse momento.

Aos nossos colegas de curso, apenas uma frase a ser dita, “foi difícil”, mas valeu a pena, em breve nos encontraremos.

“O sucesso torna as pessoas modestas, amigáveis e tolerantes; é o fracasso que as faz ásperas e ruins.”

William Maugham

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DOPS - Departamento de Ordem e Política Social.

RESUMO

Um dos períodos mais obscuros da história brasileira, necessita-se de uma maior atenção, quanto a historiografia e o tratamento das fontes, a ditadura militar, ou simplesmente o Golpe Civil-Militar (1964-1985), foi um período de silenciamento em diversos setores da sociedade brasileira, em especial o setor da educação, que foi momento vivo de aclamar todas as mudanças que ocorreram na sociedade brasileira, mesmo com todo o tempo passado, falar desse momento sente-se que perdura a censura que fora instaurada, a partir do fechamento do Congresso Nacional. O referido trabalho de conclusão de curso, tem como principal objetivo analisar a trajetória do processo histórico da educação física, em território brasileiro durante o regime militar (1964-1985). Um período que foi altamente conturbado, e com drásticas transformações sociais, e em especial transformações que ocorreram dentro do sistema educacional brasileiro. Sendo norteador, o referido problema de pesquisa: Quais foram as modificações ocorridas na metodologia das aulas de educação física? Quais foram as modificações que ocorreram dentro das matrizes curriculares durante a década de 1960? Justificando a escolha do tema, parte de uma inquietude, sobre a grandiosa influência do Regime Militar (1964-1985), dentro das transformações sociais e com isso vale lembrar que essas mudanças, afetaram o país inteiro, que conseqüentemente prevaleceram na sociedade contemporânea. Agora a metodologia do referido trabalho, é uma revisão bibliográfica, que mostra essas mudanças a partir da visão de outros teóricos, sendo selecionados artigos, periódicos e trabalhos de conclusão de cursos, em sites e revistas eletrônicas especializadas no assunto. Mudanças que impactaram essa estruturação do sistema educacional contemporâneo, em especial as aulas de Educação Física, que anteriormente eram utilizadas como busca de um processo de competição e de extrema vitória entre os discentes e ainda mostrando que chegou a ser baseada em um processo militar.

Palavras-chave: Escola. Educação Física. Regime Militar Brasileiro.

ABSTRACT

One of the darkest periods in Brazilian history, still needing further attention, regarding historiography and the treatment of sources, the military dictatorship, or simply the Brazilian Military Regime (1964-1985), was a period of silence in various sectors of the country. Brazilian society, especially the education sector, which was a living moment to acclaim all the changes that occurred in Brazilian society, even with all the past time, to talk about this moment there is still the censorship that was instituted, after the closing of the National Congress. This course completion work has as its main objective, to understand the dynamization of Physical Education classes during the Military Regime (1964-1985). A period that was highly troubled, and with drastic social transformations, and especially transformations that occurred within the Brazilian educational system. Justifying the choice of the theme, part of a concern, about the great influence of the Military Regime (1964-1985), within the social transformations and with that it is worth remembering that these changes, affected the whole country, and still hang in the contemporary society. Now the methodology of this work, is a bibliographic review, which shows these changes from the view of other theorists, being selected articles, journals and course conclusion papers, in websites and electronic journals specialized in the subject. Changes that impacted this structure of the contemporary educational system, especially the physical education classes, which were previously used as a search for a process of competition and extreme victory among the students and also showing that it was based on a military process.

Keywords: School. Physical Education. Brazilian Military Regime.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. A EDUCAÇÃO E O REGIME MILITAR	12
1.1 Contexto histórico	12
1.2 O Regime Militar e a Educação Brasileira	15
2 A CONSTRUÇÃO DO ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO REGIME MILITAR (1964-1985)	18
2.1 Nasce um novo sistema de educação	18
2.2 As aulas de Educação Física e o Regime Militar	21
3 AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: PRINCÍPIOS MILITARES OU PRINCÍPIOS ESCOLARES	24
3.1. As aulas de Educação Física no contexto escolar	24
3.2 O Professor de Educação Física e o Regime Militar	28
3.3 A repressão militar invadiu o sistema educacional brasileiro	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	37

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a Ditadura Militar, ou o Regime Militar (1964-1985), foi dentro da história brasileira, um dos momentos mais conturbados dentro do processo social, gerando mudanças, drásticas e cruciais, para a sociedade brasileira, em especial para a educação brasileira, que de maneira repentina teve que acompanhar a todas as mudanças nesse período. O referido período se inicia logo após a construção e inauguração de Brasília, onde com a capital, recém-chegada para o interior do país, mostra que a insatisfação de outras classes, com as mudanças e os modos de governar do então presidente João Goulart. Seu governo esteve dividido em duas fases: uma parlamentarista que tirava uma série de atribuições políticas do presidente limitando as possibilidades de manobras políticas e outra presidencialista marcada integralmente pelos debates causados pela proposta do governo de realizar as Reformas de Base, visavam a combater a desigualdade e abrir o caminho para ampliar o desenvolvimento nacional.

Eventos ocorridos dentro do território brasileiro mostra que o sistema de educação acompanha todas as mudanças enunciadas e todas rememoradas até mesmo nos próprios centros universitários, e com a disciplina de Educação Física também passa por essas alterações e no que condiz com as alterações da grade curricular e o que realmente pode ser repassado dentro do espaço escolar.

O principal objetivo do referido trabalho de conclusão de curso foi analisar a trajetória do processo histórico da educação física, em território brasileiro durante o regime militar (1964-1985), onde será compreendido as transformações educacionais durante o referido período mencionado, não deixando de analisar a situação dos professores da área e relacionando a censura as ações metodológicas aplicadas as aulas de Educação Física no mesmo período.

Ante o exposto, apresenta-se o problema de referida pesquisa que: Quais foram as modificações ocorridas na metodologia das aulas de educação física? Quais foram as modificações que ocorreram dentro das matrizes curriculares durante a década de 1960?

Agora, mostrando a escolha do tema que faz parte de uma inquietude, pois o período da Ditadura Militar (1964-1985), foi um período muito conturbado, provocando grandiosas mudanças sociais e em especial no sistema educacional, no qual o mesmo, sempre tem de acompanhar todas as transformações que são impostas pela própria sociedade. Assim, todas as abordagens históricas que são realizadas em torno do processo da ditadura militar é de suma importância para o entendimento educacional e sociológico, com saudosismos e marcas que causaram a própria sociedade e não deixando de enaltecer o próprio sistema educacional vigente na época, em que até mesmo cartilhas eram elaboradas como reflexos dessas mudanças (FICO, 2004).

A metodologia utilizada foi a revisão de literatura, nas quais foram pesquisadas revistas eletrônicas e em sites de grandes universidades brasileiras, que mostram sobre o assunto abordado, levando em consideração que nessa revisão de literatura, artigos, periódicos e trabalhos monográficos.

No referido trabalho, há um diálogo com alguns teóricos como: Oliveira (2012), que mostra em seus estudos a relação existente entre o regime militar e a política educacional, cujo os seus reflexos e as mudanças ocasionadas, mudaram a direção das aulas de educação física entre os períodos de 1964-1985. Assim, um outro teórico que passa a merecer o destaque necessário foi Saviani (2008), mostrando as reformas educacionais, e o processo de (re)arranjo dentro do currículo escolar, para atender às novas exigências de um regime que foi pautado dentro do sistema da censura, opressão e repressão. E dentre outros teóricos que foram escolhidos para compor a pesquisa sobre um período que se tem poucos trabalhos publicados sobre a relação entre a Educação Física escolar e o regime militar.

A divisão deste estudo ocorreu em três capítulos, sendo o primeiro capítulo a mostrar o contexto histórico de todas as modificações sociais ocorridas dentro do período do Regime Militar (1964-1985).

O segundo capítulo, mostra as alterações realizadas pelos militares, sobre as aulas de educação física, em que os militares se basearam nos moldes de educação francesa, passando a estimular a educação competitiva, em busca de verdadeiros campeões, e assim passaram a criar a política de Segurança Nacional.

O terceiro capítulo mostrará as modificações decorrentes dentro das práticas de ensino na etapa de ensino fundamental, mostrando as mudanças decorrentes, bem como as aulas de Educação Física, que se preparavam neste período mencionado.

Portanto, pode-se concluir que o modelo educacional francês, se adequando a realidade brasileira, passa a se observar um modelo constante de criação de vencedores, verdadeiros atletas que de algum modo, poderiam passar a contribuir para a realidade da sociedade brasileira, que se compreende entre os anos de 1964-1985, no qual os professores buscavam a necessidade que era imposta por um regime que via como essas aulas seriam de fundamental importância de cuidar de futuros homens que colaboraram com o futuro da Segurança Nacional.

1. A EDUCAÇÃO E O REGIME MILITAR

No presente capítulo, será compreendido um dos momentos mais conturbados da história brasileira, gerando mudanças importantes em diversos setores da sociedade brasileira, em especial a educação, e o que será analisado aqui, sobre essas mudanças, em especial as mudanças que ocasionaram as transformações dentro dos centros universitários brasileiros entre os anos de 1964-1985.

1.1 Contexto histórico

O regime militar, que se compreende entre os anos de 1964 a 1985, em um cenário internacional, ocorreu durante o período da Guerra Fria, compreendido como um momento da história brasileira, altamente complexo no que se refere o combate dos atos de subversão e momentos de fortes cenas de violência nos grandes centros urbanos, sendo o presidente anterior ao golpe militar, era João Goulart, que acabou incomodando com as suas medidas, que ficaram conhecidas como Reforma de Base, e esse incômodo ainda maior ocorreu com a classe militar, e assim

iniciou-se o chamado regime militar. Como foi mencionado por Boutin e Camargo (2015):

A ditadura militar que se iniciou em 1964 e se estendeu até o ano 1985 pode ser compreendida como um período extremamente complexo, uma vez que se buscou a articulação entre crescimento econômico, violência e repressão. No entanto, uma análise acerca das estratégias adotadas pelo governo militar para ampliação da economia e para a legitimação e fortalecimento do sistema capitalista, no referido contexto histórico, revela que o ensino foi utilizado como uma ferramenta para a difusão de valores e ideologias. A educação, nesse sentido, foi inserida como uma artimanha utilizada pelo governo militar, que serviu, tanto para manter as mentes disciplinadas conforme preconizava a ideologia da classe dominante, quanto para a formação de uma grande massa de mão de obra qualificada que contribuíram para a ascensão econômica e prosperidade do sistema capitalista (BOUTIN; CAMARGO, 2015, p. 02).

A Educação nesse período, passa a ser tratada como um processo disciplinado. Sendo assim é necessário compreender o intuito dessa disciplina almejada pelos militares, de fundamental importância para a realização do combate ao ato de subversão de caráter ideológico mencionado anteriormente e com isso, outros setores da sociedade brasileira também buscavam nessa luta reivindicando a necessidade de um fator de reforma, assim é mostrado por Boutin e Camargo (2015, p, 03).

Segundo Netto (2014), o período da Ditadura Militar foi marcado por um importante crescimento de movimentos operários. Isso porque em 1960 havia apenas a existência de 1608 sindicatos, porém em 1964 esse número aumentou de forma significativa, passando para 2049.

Outras organizações relacionadas aos movimentos dos trabalhadores e que lutavam em prol da Reforma Agrária e direitos trabalhistas rurais também foram desenvolvidas, como por exemplo, a CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e Ligas Camponesas.

Os grupos sociais mostraram a sua indignação e preocupação com os novos rumos que a sociedade vinha tomando, pois Jango apostou nas Reformas de Base para enfrentar os desafios lançados a seu governo. As Reformas de Base propunham diversas reformas: urbana, bancária, eleitoral, universitária e do estatuto do capital estrangeiro. Diante desse cenário, os estudantes foram um dos grupos

mais atuantes, em prol da busca de soluções para os problemas enfrentados na sociedade.

Assim, “outros setores da sociedade civil, também se engajaram em diversas lutas pela busca de reformas sociais, como a UNE (União Nacional dos Estudantes)”, por exemplo, que inicia uma batalha pela Reforma Universitária e pela ampliação de direitos que beneficiam tanto dos estudantes quanto do conjunto da sociedade (NETTO, 2014 apud BOUTIN; CAMARGO, 2015, p. 03).

Formas de chamar a atenção, para o problema que estava ocorrendo dentro da sociedade, foram as mais diversas formas, em especial as greves sindicais, destacando algumas figuras do cenário político brasileiro da atual conjuntura, como o senhor Luís Inácio Lula da Silva, que nas cidades que compunham o ABC Paulista, conseguiu levar multidões por melhores condições de trabalho, em especial para que realmente tivesse um aumento da taxa de empregabilidade, uma vez que estava sendo prejudicado pela alta da inflação.

Nesse momento, todo o conservadorismo, passava a tomar conta de um processo que seria o resultado de um silenciamento, não somente no setor educacional brasileiro, mas na cultura e toda a produção que envolve o alavancamento dessa parte, que garante o fator necessário para a sobrevivência e dignidade humana seria realmente silenciada, após a instauração do chamado Ato Institucional nº 5, e um dos seus artigos seria o reavivamento do Departamento de Ordem e Política Social, conhecido como DOPS (Departamento de Ordem e Política Social), sendo esse criado durante o Governo do Presidente Getúlio Vargas.

Diante de um cenário conturbado e de acordo com suas tendências políticas declaradamente de esquerda, João Goulart deixou a população insegura diante de suas orientações de transformações. Todas as mudanças que foram propostas pelo então governo João Goulart, causaram uma grandiosa preocupação em diversas classes sociais, e com a intervenção da classe militar, dentro do governo brasileiro, uma das precauções, que foram tomadas giraram em torno do arrocho salarial, que refletiu sobre os aluguéis de imóveis (LARA; SILVA, 2015).

Outro setor que foi altamente prejudicado, foi o campo de trabalho, no qual todas as leis que foram criadas para poder dar o respaldo necessário ao trabalhador, passa a ter a sua substituição respaldada pelo Fundo de Garantia por Tempo de

Serviço. Com isso, havia nesse período, um estímulo de rotatividade da força de trabalho, cujo os recursos, arrecadados eram aplicados no Banco Nacional da Habitação (BNH), ou seja, aquele trabalhador, que fosse demitido sem justa causa, passaria a receber parte desse fundo, que corresponderia a 8% sob o salário mínimo vigente da época, mostrado por Lara e Silva (2015, p. 279):

O arrocho salarial foi a política pelo ciclo ditatorial. O caráter de classe do regime ditatorial pode ser percebido como o Executivo federal tratou os reajustes salariais. A fixação dos reajustes foi utilizada como instrumento de maximização da exploração da força de trabalho, um meio para realizar a “acumulação predatória” (pagamento de salários abaixo do valor da força de trabalho). “Tratou-se de uma política salarial dirigida abertamente contra a massa da classe trabalhadora, em especial a classe operária, sobre a qual se descarregou o custo decisivo da ‘estabilização econômica’: com o arrocho, garantiu a superexploração dos trabalhadores para a multiplicação dos lucros capitalistas (NETTO, 2014, p. 92).

Não havendo inclusive perspectivas nas melhorias que correspondiam aos salários, vale lembrar que assim que houve a tomada do poder pelos militares, greves eram proibidas, para que esses arrochos salariais, fossem mantidos pelo próprio governo. E no que se refere, na normalidade do pagamento de salários, inclusive que fossem pagos fora do prazo estabelecido entre o patrão e o empregado.

Conforme o que fora exposto por Saviani (2008), mostra que a articulação entre os empresários e a classe militar, foi o momento de condução do golpe civil – militar entre os dias de 31 de março, para a manhã do dia 1º de abril de 1964, exigindo, no entanto, uma adequação no que seria conhecido como a política econômica, visto que foi concretizado para poder ao menos assegurar a continuidade da ordem econômica, anteriormente, do que foi proposta por então João Goulart, contudo veio a atestar a permanência dos militares, por 21 anos no poder.

Algumas atitudes que foram tomadas em setores da sociedade brasileira, entre os anos de 1964-1985, mostra que as consequências se arrastaram para a atual conjuntura. Com isso a educação brasileira, que será abordada nesse sentido, mostra que com as manobras realizadas por eles (os militares) nesse período deve ser lembrada, pois eram de interesses desses militares, de fato manter a

população brasileira disciplinada quanto ao novo acontecimento, marcando a sua trajetória na história brasileira (SAVIANI, 2008).

No item a seguir, será abordado como as mudanças ocasionadas pelo regime militar, modificou os rumos da educação brasileira.

1.2 O Regime Militar e a Educação Brasileira

A educação brasileira, entre os anos de 1964 a 1985, passou a atender as necessidades impostas pelas mudanças sociais do referido período. Com isso vale lembrar que o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, passa a organizar, a partir da consumação do golpe militar, a organização de um simpósio da educação para poder discutir os novos rumos que esse setor da sociedade brasileira, passaria a tomar, assim sendo mostra Souza (1981, p. 67-68):

Consumado o golpe militar, o IPES se dedicou a organizar um simpósio sobre a reforma da educação. Preparado nos meses de agosto a novembro, o simpósio se realizou em dezembro de 1964. Para orientar os debates do simpósio foi elaborado um “documento básico”, organizado em torno do vetor do desenvolvimento econômico, situando-se na linha dos novos estudos de economia da educação, que consideram os investimentos no ensino como destinados a assegurar o aumento da produtividade e da renda. Em torno dessa meta, a própria escola primária deveria capacitar para a realização de determinada atividade prática; o ensino médio teria como objetivo a preparação dos profissionais necessários ao desenvolvimento econômico e social do país; e ao ensino superior eram atribuídas as funções de formar a mão-de-obra especializada requerida pelas empresas e preparar os quadros dirigentes do país (Souza, 1981, p. 67-68). A orientação geral traduzida nos objetivos indicados e a referência a aspectos específicos, como a profissionalização do nível médio, a integração dos cursos superiores de formação tecnológica com as empresas e a precedência do Ministério do Planejamento sobre o da Educação na planificação educacional, são elementos que integrarão as reformas de ensino do governo militar

A necessidade de se elaborar um documento básico, para explicitar nele toda a organização do vetor do desenvolvimento econômico, em linhas de novos estudos que ali foram desenvolvidos e com isso ressalta-se que murmúrios de privatização da educação pública brasileira deveria ocorrer, pois isso porque desde a escola primária até os centros universitários brasileiros deveriam assegurar um aumento da produtividade de renda. Sendo assim, tanto o ensino médio como o ensino superior, deveriam ser preparados para qualificar de maneira perspicaz os

novos profissionais que passariam a atender as necessidades do mercado de trabalho (SAVIANI, 2008).

Após a realização, da realização da organização do Fórum, que foi Organizado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, colocou como o apontamento de uma resposta, que partiu por parte da entidade empresarial, sobre a crise do setor educacional, que passa a ser escancarada, em especial no ensino superior, pois pelo Instituto, meses passaram a ser dedicados, para a organização do evento, que tinha como alternativa, de ao menos conseguir elucidar a crise (SAVIANI, 2008).

O objetivo do referido fórum, era de mostrar que a educação brasileira, a partir de 1968, juntamente com o setor empresarial passava por uma crise. Portanto, notava-se que mesmo com a tomada dos centros de ensino superior pelos estudantes, o referido congresso passou a ser o acalento para que novos rumos dessa educação pudessem ser realmente tomados dentro da vertente de melhorias.

A organização do fórum, foi subdividida em 11 temas, sendo quatro destinados à compreensão e a reflexão das mudanças decorrentes do sistema educacional brasileiro, assim mostra Saviani (2008, p. 297).

Proposta, uma articulação, entre o referido Instituto e os americanos, pelo qual, por parte destes, houve uma colaboração financeira, em prol da educação, sendo nesse contexto, passando a ser assinadas vários acordos a partir do primeiro ano de instauração do regime militar brasileiro (SAVIANI, 2008).

A partir de 1969, nota-se que a educação brasileira passa a receber a Lei da Reforma Universitária, (Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968), passando a implantar nas instituições de ensino superior, os chamados cursos de pós-graduação, que passa a receber uma forte influência do setor empresarial, dado este de maior relevância, passaria a ser dentro dos Estados Unidos, neste caso o que ocorre entre os Estados Unidos e o Brasil (SAVIANI, 2008).

Muda-se a sociedade, muda-se a educação, e em especial muda-se a Constituição Federal, assim mostra Saviani (2008, p. 298):

A Constituição de 24 de janeiro de 1967, baixada pelo regime militar, eliminou a vinculação orçamentária constante das Constituições de 1934 e de 1946, que obrigava a União, os estados e os municípios a destinar um percentual mínimo de recursos para a educação. A Constituição de 1934

havia fixado 10% para a União e 20% para estados e municípios; a Constituição de 1946 manteve os 20% para estados e municípios e elevou o percentual da União para 12%. A Emenda Constitucional n. 1, baixada pela Junta Militar em 1969, também conhecida como Constituição de 1969 porque redefiniu todo o texto da Carta de 1967, restabeleceu a vinculação de 20%, mas apenas para os municípios (artigo 15, § 3º, alínea f).

Com as alterações realizadas na Constituição Federal de 1967, nota-se que na redação houve uma eliminação do orçamento que era destinado à educação. Mesmo com os 20% que era destinado, a educação, somente aos municípios, deixando os outros segmentos da educação sem o menor respaldo financeiro, e sempre buscando o foco principal que era o ensino médio e ensino superior profissionalizante. Em contrapartida, deveria haver a necessidade de pelo menos ter um retorno financeiro (SAVIANI, 2008).

No decorrer desse momento da história brasileira, houve uma defesa de que as grandes indústrias, presentes dentro do território brasileiro, para que realmente viesse a realizar do processo administrativo dos centros universitários brasileiro, bem como ao controle financeiro, assim mostra Lira (2010, p, 95): “os industriais criticam a ação estatizante promovida pelos militares, na sua avaliação, o Estado não era um bom empresário, não conseguindo substituir a empresa privada [...]”.

Dentro do ambiente escolar, nota-se que as mudanças, nesse cenário, serviram como momentos dedicados à repressão, além do mais no que tange a perseguição de educadores, até mesmo dentro do ambiente escolar, e a censura educacional, pode ser observada desde a forma de elaborar um livro didático, para ser feito na reprodução, no tecnicismo educacional, mudanças ocasionadas dentro do currículo escolar, mostrando o que realmente era para ser aprendido dentro de sala de aula, e isso até mesmo no meio jornalístico ocorria uma aprovação prévia dos órgãos competentes para a devida aprovação para o leitor (SOUZA e COELHO, 2014).

No item a seguir será compreendida a forma com que o processo de educação, durante o Regime Militar.

2 A CONSTRUÇÃO DO ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO REGIME MILITAR (1964-1985)

Neste capítulo será compreendido, como foi realizada a construção do ensino, durante o processo do regime militar brasileiro (1964-1984), com o principal viés na construção do processo do ensino de Educação Física. A construção de ensino, durante o referido período, nota-se que o ensino passa a ser puramente tecnicista.

Dentro desse contexto, as aulas de Educação Física, alguns fatores, passaram a serem exigidos pelos professores, para cumprirem o padrão exigido pelo Regime Militar, como a separação da turma, por sexo, idade, e a exigência de terem ao menos uniformes apropriados para a prática esportiva.

2.1 Nasce um novo sistema de educação

Muda-se o governo, e consigo, muda-se todo o processo de educação, e em especial, para realmente poder acompanhar toda a mudança de governo, viabilizando mais mudanças dentro do processo educacional.

O período do Golpe civil militar , passa a ser conhecido no meio, como período de silenciamento, de diversos setores da sociedade brasileira, em especial, o silêncio da própria educação, haja visto que esse professor, passa a ser compreendido no meio social, como um mero reprodutor, de conteúdos, que já passam a ser estabelecidos pelo próprio governo, assim os autores Candeu e Vermeersch (2016, p. 34), Duarte (2014), Costa (2015), Freire (1970) afirmam:

Nas escolas esse período foi muito além do que censurar diversos conteúdos de História e Geografia de todos os níveis de ensino, e “Tampouco se limitou à criação das famosas disciplinas OSPB (Organização Social e Política Brasileira) e Educação Moral e Cívica, trazidas pela ditadura com o decreto-lei número 869, de 12 de setembro de 1969”. (DUARTE, 2014, p.1). Ocasionalmente segundo Duarte (2014) “desde a vigia, repressão, e perseguição dos professores tanto universitários quanto aos do ensino fundamental.” Já referido aos alunos “as entidades estudantis – como a União de Estudantes (UNE) – passou a existir clandestinamente, sendo consideradas ilegais, subversivas, e transgressoras” (COSTA et al, 2015 p.3). Nas palavras de Freire (1970) “No momento, que o poder se enrijece em burocracia dominadora, se perde a dimensão humanista da luta e já não se pode falar em libertação”. (p.47), essa liberdade nos é tomada

até hoje, época que vivemos os reflexos tanto na sociedade como um todo, quanto nas salas de aula, marcando um retrocesso imprescindível na consciência de fazer política por meio da educação. Com pouco respaldo, lutam os que se sentem privados de exercer seu direito, logo seu papel como cidadão.

Nota-se que nesse período algumas disciplinas passaram a ser substituídas por outras, como o caso, da disciplina de história e geografia, que passa a ser inserida na chamada Organização Social e Política Brasileira (OSP), não permitindo assim, com que haja por algum momento, em que esses militares se encontrem no poder o ato de pensar e de ao menos seja incentivado pelo ato de pesquisa (CANDEU E VERMEERSCH; 2016).

Agora, Candeu e Vermeersch, (2016), mostra que, durante o Regime Militar, o modelo de educação, que passou a ser exercido uma educação tecnicista, que iniciado nesse regime, evidencia que os professores têm exclusivamente a missão de poder ensinar, seguindo essa mesma linha, em que o aluno está nesse contexto para poder aprender. Todavia, esse aprendizado, consiste em realmente em aprender, a trabalhar e a ganhar dinheiro, ou seja, nessa vertente, os alunos de ontem serão os trabalhadores de hoje (CANDEU E VERMEERSCH; 2016).

Assim, nota-se que neste processo educacional tecnicista há uma preocupação, sendo esta apenas com o processo de poder ensinar e o aluno, que realmente deve aprender para poder garantir um futuro melhor. Sendo assim, esse é o meio em que esse aluno terá para poder realmente ganhar o dinheiro, para o seu consumo.

Mediante a isso há alguns questionamentos que foram realizados pelo educador brasileiro Paulo Freire. Nesse processo educacional que foi estabilizado entre os anos de 1964-1985, é mostrado nessa concepção um processo educacional opressor, o que de fato, não foi um processo feito para todos os brasileiros.

Os oprimidos querem se tornar os opressores, não se sentem no poder de revolucionar esse sistema, porque na verdade são vítimas dele, acabam não vendo uma janela por trás da jaula. Fazem seu trabalho, não percebendo que pregam o valor à morte e não o valor à vida, a educação bancária se tornou uma epidemia e estamos vivendo um período onde nos perdemos em silêncio, silenciemos nossos filhos e nosso futuro. Porém “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra e na ação-reflexão” (FREIRE, 1970, p.92), ou seja, as pessoas cada vez mais estão deixando de refletir e construir (CANDEU e VERMEERSCH, 2016, p. 36).

Um período da história brasileira que foi visto e analisado com total poder de autoritarismo. E nada obstante, um silenciamento da educação brasileira. Nesse momento, poderia ser sim, representado dentro do ambiente escolar, onde houveram professores, que eram compreendidos, como a representação dos militares. Isso ocorria por meio de uma relação autoritária dentro do ambiente escolar, em que nesse período houve o estabelecimento de uma Pedagogia Tradicional, qual o docente nesse período, passa a assumir a figura de um ser opressor, de poder transmitir, aos seus alunos os conteúdos, a partir de verdade que eram estabelecidas por parte do governo militar (CANDEU E VERMEERSCH; 2016).

De acordo com Sousa, Queiroz e Nóbrega 2010, todas as características que são impostas da chamada Pedagogia Tradicional, são associadas a figura do professor, como um ser opressor e aos alunos, são atribuídos como seres que são depósitos vazios, providos de total capacidade de estarem absorvendo todos os conhecimentos e notando que as metodologias que passam a ser usadas nesse contexto, no qual estão ligados às técnicas de memorização e nenhum tipo de questionamento sobre o conteúdo, que passa a ser administrado pelo professor, assim conclui-se que nesse caso o professor, passa visto como detentor da verdade.

Nesse momento, é de suma importância compreender que o educador, passa a ser visto como objeto, de narração, e os discentes, passam a ser compreendidos como uma espécie de recipientes que necessitam ser sempre enchidos com todas as verdades que são impostas pelo educador. E no que se trata a necessidade de se impor as verdades que realmente são impostas, por parte de um governo autoritário e opressor (SOUSA, QUEIROZ e NÓBREGA, 2010).

No item a seguir será analisado esse processo de educação, realizado dentro das aulas de educação física, que será visto no próximo item.

2.2 As aulas de Educação Física e o Regime Militar

As aulas de Educação Física, durante os anos de 1964-1985, objetivavam os cuidados com o corpo e separava a pessoa de acordo com o sexo. Envolveu um

importante objeto de propaganda para as ações do governo militar, havendo um cuidado e preparo para futuras competições esportivas.

Uma característica marcante desse governo foram elementos baseadas na Segurança Nacional, e um deles realmente era de preparar o indivíduo para tal fato, buscando homens fortes e disciplinados, além da constante prática esportiva assim mostra Batista e Júnior (2011), que seguindo a ideologia de segurança nacional, um dos principais objetivos, realmente era de poder combater a subversão dentro dos mais diferenciados setores da sociedade brasileira da época, em especial no setor da educação.

Nesse período, nota-se que a educação, de certo modo, era acusada de poder subverter a ordem social, programa esse destinado a educação popular, para tanto, nota-se que as reformas que foram promovidas pelo setor da educação, ocasiona-se uma centralização do poder, em que há um reflexo sobre a forma de planejar as futuras ações da tecnocracia (BATISTA E JÚNIOR, 2015).

A partir do ano de 1971, a função de ser professor passa a sofrer significativas interferências, em especial por parte do governo e relaciona-se a necessidade de seguir as regras sobre as aulas de Educação Física. Por imposição do governo, houve uma necessidade de que as turmas passassem a ser separadas, de acordo com o sexo a idade. Além disso, deve-se destacar que essas aulas de Educação Física nesse importante período da história brasileira estimulava constantemente nos alunos, o sentimento de vitória e de extrema competição (BATISTA; JÚNIOR, 2011).

O planejamento das aulas, sempre consistirá na preparação de atletas de forma a fortalecer a propaganda do governo militar, assim mostra Batista e Júnior (2011, p. 4):

Em 1971 com o decreto lei 69450/71 (BRASIL, 1971) são nítidas as interferências nas funções do professor. No item referente à composição das turmas, por exemplo, era estabelecido que elas tivessem que ser separadas por sexo.

Para Germano (1994) a Educação Física da época se pautava na busca pelo desempenho esportivo e pela vitória. O pressuposto é que para as aulas serem dadas

com o objetivo de formar atletas, a turma devia ser composta por alunos que tinham condições físicas semelhantes, o que possibilitaria competição equilibrada.

Em contrapartida, há uma necessidade de compreender que não somente houve mudanças por parte de uma classe que realmente detinha um grande poder nas mãos, mas os populares, em especial os estudantes, de fato não conseguiram aceitar a referida mudanças de bom grado assim mostra Batista e Júnior (2011), que logo após do fechamento do congresso nacional, uma repressão, contra os estudantes reagiu, contra as mudanças que foram propostas dentro regime militar, alterações dentro dos centros universitários, e um reflexo disso passa a ser a obrigatoriedade do ensino de Educação Física, em todos os cursos superiores, preparando em especial os homens, para atender as necessidades do regime militar (BATISTA E JÚNIOR, 2011).

Como uma forma de resistência, esses estudantes estavam inseridos dentro dos centros de ensino superior, onde o foco educacional desse governo era, de realmente conseguirem formar atletas, para conseguir as vitórias para o país, e para mostrar que o ensino brasileiro, necessitava, acima de tudo, de disciplina.

Com os militares no governo, a educação física sofreu várias mudanças e a partir desse período foi dividida em três setores: competição, modalidades esportivas e preparação física. Além dessas mudanças a educação física escolar passou a ser separada por sexo sendo turmas somente com meninos e outra com meninas, pois os militares acreditavam nas diferenças de desempenho durante as atividades entre meninos e meninas. (BATISTA E JÚNIOR, 2014, p, 07)

Dessas mudanças, vale ressaltar que as aulas de Educação Física, tinham a necessidade de alimentar todo o sistema de propaganda do chamado Regime Militar Brasileiro (1964/1985), mostrando uma mensurável disciplina corporal.

Nesse quesito, Castro (1997), menciona que por parte dos militares, realmente houve uma invasão nas escolas e com isso nota-se que há uma necessidade de mostrar uma disciplina para os civis, no quesito aulas de Educação Física. Sendo assim, a ideia de que uma adaptação das aulas de Educação Física, de acordo com um modelo militar, realmente poderia vir a dar certo, ressaltando que isso já vinha sendo amplamente discutido desde o Governo de Getúlio Vargas:

Podemos considerar a proposta de se estender a educação física de inspiração militar a todas as escolas civis, presente no anteprojeto de lei de

1929, do ministro da Guerra, como o ponto de partida para o uso da educação física pelos militares como instrumento de intervenção na realidade educacional e social do país. Com a educação física consolidada no interior da própria instituição, o Exército, durante toda a década de 1930, estenderia sua influência sobre todo o "corpo da nação" através do controle da educação física. Essa iniciativa intervencionista, no entanto, encontrou resistências desde o início. O anteprojeto militar foi severamente criticado pela Associação Brasileira de Educação. (CASTRO, 1997, p. 03-04).

Um modelo francês, nesse quesito, passa a ser a real inspiração para que essas aulas de Educação Física, dentro do território brasileiro, venham de fato ganhar o espaço necessário para a articulação entre as aulas. Os professores, deveriam preparar o que o governo militar tanto almejava, que não era um processo de ensino-aprendizagem voltado para a formação de indivíduos enquanto alunos, mas sim a formação de atletas que tinham em si, sempre o sentimento de vitória. (CASTRO, 1997).

O esforço dos militares para implantarem no Brasil uma determinada visão de educação física - aquela baseada no Método Francês - revela uma face pouco visível da instituição militar. Enquanto há muitos estudos sobre a participação dos militares na "grande política", como os golpes e intervenções armadas, conhece-se pouco sobre o efeito a longo prazo da educação física, do serviço militar obrigatório e da educação moral e cívica sobre a sociedade. Durante várias décadas, essas iniciativas se fizeram sentir - ainda se fazem, em certa medida - na vida cotidiana de uma grande parcela da população jovem do Brasil (CASTRO, 1997, p. 22).

Um modelo francês, que baseava a formação de corpos individuais, no qual todos poderiam ser baseados dentro de um processo da nação fortalecida e por sua vez recrutando jovens para o sistema de defesa do país dentro do cenário brasileiro (CASTRO, 1997).

Assim, dentro de uma visão de um modelo de educação militar, nota-se que realmente o ideal, era mostrar uma escola nacional, onde os princípios militares eram idealizados para a formação de atletas vitoriosos, conforme pregava o modelo de propaganda que girava em torno do governo militar (CASTRO, 1997).

As aulas de Educação Física, no contexto educacional, mostram que passa a assumir uma postura militar e com isso baseada dentro dos princípios, de elementos da segurança nacional, que antes era uma postura escolar, mostrando a realidade do mesmo ambiente, é o que se verá no próximo item (CASTRO, 1997).

3 AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: PRINCÍPIOS MILITARES OU PRINCÍPIOS ESCOLARES

No presente capítulo, mostra-se que as aulas de Educação Física, durante o período do Regime Militar (1964-1985), onde as aulas passaram a ser baseadas em uma metodologia, que veio da França, mediante ao exposto, nota-se que as aulas que eram relacionadas às práticas esportivas ocupavam cerca de 1/3 das aulas de um modo geral.

3.1. As aulas de Educação Física no contexto escolar

Um período que compreendeu entre os anos de 1964 a 1985, e com significativas transformações na esfera social, não deixando refletir na esfera educacional, somente para se fazer menção, às aulas de educação física, nesse período, passam a tomar conta de 1/3 da carga horária do Ensino Fundamental. (SILVA e ARAÚJO, 2016).

Nesse mesmo contexto, vale ressaltar que a faculdade, serviu para poder disseminar a prática esportiva entre os jovens, bem como englobando as chamadas práticas militares.

A constituição histórica da Educação Física no Brasil ocorreu em diferentes momentos. Assim ela foi gradativamente sendo implantada e consolidada como prática, atividade e disciplina e incluída nos programas curriculares educacionais a partir do reconhecimento de que contribuiria para o desenvolvimento corporal e moral dos alunos (TOLEDO, 2013, p, 13).

Analisando, no entanto a inserção da disciplina de Educação Física, no cenário escolar, mostra que o maior objetivo, realmente era de manter a disciplina, a ordem e a obediência, passando a atingir o seu objetivo, na qual que a referida disciplina, passaria a contribuir para os alunos, em especial, para aqueles que estivessem inseridos no contexto da elite brasileira, assim mostra Toledo (2013, p, 14) “Percebe-se então, que a Educação física também foi inserida nos currículos escolares com a finalidade de se instaurar um ethos civilizado nós brasileiros, através da disciplina, ordem e obediência”.

Neste sentido Bourdieu (1983), ressalta que a prática da educação física nas escolas tinha o objetivo de contribuir para que os alunos, especialmente das elites burguesas, aprendessem a se comportar através de sua prática, pois eram características da disciplina o rigor e a aceitação de normas e regras, atitudes estas que contribuem para o desenvolvimento de atitudes viris dos futuros líderes que, na luta por seu país, não deveriam se deixar dominar e precisavam manter o autocontrole. O desenvolvimento de valores praticado nas aulas de educação física contribuiria para a formação de uma sociedade mais civilizada e disciplinada.

Visando um modo futuro, na formação de futuros líderes dentro da nação brasileira, mostrando o nascimento do sentimento de amor à pátria, só que essas práticas, dentro do Brasil, passariam a estar vinculadas, dentro das áreas de conhecimento da medicina, e do campo militar: “ Seus objetivos sempre foram expressos em termos do desenvolvimento da disciplina, da ordem e da saúde dos estudantes e, não raras vezes, relacionados à conquista da grandeza da nação” (TOLEDO, 2013, p, 15-16).

Contextualizando a mudanças da área de conhecimento da medicina, e militar, passa a ser tratado como um assunto pedagógico, sabe-se que dentro do território brasileiro, logo após de uma significativa ruptura dentro do cenário político brasileiro, havendo a censura e a quebra dos direitos dos civis, sendo assim agravado pelo fechamento do congresso (TOLEDO, 2013).

Ainda, buscando esse processo de contextualização, dentro do cenário brasileiro, mostra-se que realmente nesse contexto o Brasil, dentro do período da década de 1980, o cenário educacional, passa a assistir à inserção da Educação Física enquanto disciplina, dentro do cenário educacional, assim mostrado por Toledo (2013, p, 20):

Após um longo período de conflitos, o Brasil buscou sua independência tanto financeira, quanto social e educacional. No século XX, de forma específica na década de 1980, iniciou-se um período de grandes avanços e mudanças em oposição ao modelo tanto no aspecto teórico quanto a prática da educação física enquanto disciplina curricular, uma vez que passou por profundas transformações, pois sofreu influência de tendências pedagógicas, políticas e sociais.

Mesmo com todo período estabelecido pela repressão, opressão, toda realizada dentro desse período, nota-se que para área de Educação Física, buscou-se realizar significativas transformações, como foi mostrado por Toledo (2013), ressalta que o ensino da Educação Física, dentro do ambiente escolar, indiferentemente da esfera que esteja sendo mencionada, há algumas denominações que estejam relacionadas ao contexto histórico, como a “Educação Física Progressista” e o “Movimento Renovador”, cuja essas transformações que passam a ser direcionado para um modelo de ensino em torno da educação física, que, no entanto, passariam a ser realizados em prol do atendimento das necessidades que foram impostas pelo regime militar.

A busca, de novas melhorias, dentro desse período, além do mais com a área de conhecimento da Educação Física, mostra que houve de fato uma superação do modelo educacional antigo, que se baseava em momentos biológicos, técnico e esportivo, que antes esses momentos pedagógicos, como dito antes era considerado irrelevantes (TOLEDO, 2013).

Com isso, verifica-se que a partir da década de 1980, houve uma flexibilidade da admissão dos professores de Educação Física, para a realização de cursos de pós-graduação, assim garantindo uma maior eficiência dentro da qualidade de ensino, sendo que antes de 1980, passava a ser moldada dentro de currículos escolares e práticas pedagógicas, e depois da década de 1980, esse momento passa a ser encarado com as práticas militares, assim mostra MILESKI et. al. (2007):

A educação física no Brasil que até então prioritariamente era pautada em currículos e moldes para formação técnica-esportiva dentro de uma perspectiva militarista, começou a ter abertura para abordagens de pensamento teórico-crítico baseado em tendências das ciências sociais (MILESKI et. al., 2007). Estas tendências marcaram uma nova forma de ver e trabalhar a disciplina de Educação Física.

Após um período, que foram dedicados, elementos dentro das pesquisas, há umas necessidades que se mostra presentes, dentro de um material que fora realizado dentro da área de conhecimento da Educação Física, enaltecendo que essa área do conhecimento, passa a ser tratada e pensada como uma ciência, conforme aponta Toledo (2013, p, 21):

A Educação Física passa a ser pensada como ciência, iniciando-se uma discussão ampla do seu objeto de estudo e iniciação de programas de especialização acadêmica como o mestrado, no intuito de promover uma educação voltada para os interesses às quais ela se destina, vários profissionais puderam aperfeiçoar suas pesquisas e a partir delas novas vertentes foram sendo inseridas no cenário educacional.

Agora, mediante esse ato de pensar como uma ciência enaltece a participação do professor de Educação Física, para a realização de tal ato, mostrando que houve uma preocupação em buscar juntamente com isso a desenvolver ações dentro das aulas de Educação Física, que viessem a garantir o desenvolvimento psicomotor da criança preparando a mesma para a realização de aulas, com práticas esportivas que viessem a garantir a vitória, em competições (TOLEDO, 2013).

Partindo desse princípio, houve o surgimento de várias tendências pedagógicas, que se instalaram em um contexto social, mostrada por Toledo (2013), que logo após nos primeiros anos da década de 1980, as diversificadas tendências pedagógicas, passaram a ser instaladas dentro de um contexto educacional da Educação Física, passam não somente desenvolver, os valores em torno de um processo de competição, mas sim tudo o que se refere a capacidade do desenvolvimento, isso sendo realizado através de elementos de culturas variadas.

Tendências, que por sua vez, buscaram nesse período, liderar mudanças, sobre o que seria a Educação Física, revelando, que há dois modos de compreender o que realmente pode ser acometida a Educação Física. A exemplo, uma visão tradicionalista, o que seria nesse caso uma visão corriqueira e sabendo que há uma visão modernizada, mostrada, por um indivíduo, que tem corpo, mente e/ou espírito, trazendo a possibilidade de que existe uma necessidade de preparar melhor esse indivíduo.

Assim, dentro do que seria compreendido como a disciplina esperada pelo meio militar, para mostrar que jovens estão sendo preparados para poder atender as necessidades de uma sociedade, quer de fato mostrar e solucionar todos os problemas existentes, dentro de um princípio que seria paulatinamente pautado na censura (TOLEDO, 2013).

A partir do segundo, será compreendido a relação do professor de Educação Física, com a elaboração e o comprometimento das novas aulas, atendendo as exigências impostas pelo Regime Militar (1964-1985).

3.2 O Professor de Educação Física e o Regime Militar

Conforme muda todo o sistema educacional, a forma de trabalhar as suas aulas para poder atender por sua vez as necessidades que passariam a partir desse momento a ser imposta pela nova forma de governo.

Nesse período a aula de Educação Física, passaria a ser somente sustentada pela prática corporal, conforme é mostrado por Toledo (2013, p, 29):

De acordo com as afirmações dos entrevistados as aulas de Educação Física eram basicamente sustentadas pela prática corporal, o professor não trabalhava com conteúdos teóricos, vídeos, ou quaisquer outros recursos pedagógicos, eram separadas por sexo a partir de práticas corporais mesmo a coeducação já sendo uma premissa colocada pela legislação educacional. As aulas dos meninos e meninas aconteciam em dias e horários diferentes e as atividades também não eram iguais.

Antes, mesmo de poder começar as suas aulas, havia um momento que era destinado a corrida em prazo de 5 a 10 minutos, isso somente para os meninos, a realização do aquecimento e ainda, e como já foi citado anteriormente, todos os cuidados que circundam as práticas esportivas, e já para as meninas, as atividades esportivas eram realmente algo mais leves, sendo que o momento de aquecimento gira em torno de 3 minutos (TOLEDO, 2013).

Uma ideia que passa a ser reforçada, pelo estereótipo, de que não haveria de ser trabalhado de maneira igualitária, e a própria propaganda, de que o Brasil estaria formando homens fortes e que garantiriam a Segurança Nacional.

Com a divisão de gêneros que houve após a obrigatoriedade do ensino de Educação Física, e ainda mostra que a divisão dos gêneros, em grupos e por idade, há o processo de estereotipização, que se manteve por vários anos, onde somente os meninos, eram seres fortes e totalmente resistentes a qualquer esforço além do contido pelo seu próprio esforço, uma superação de limites, e as meninas passariam a ser tratada nesse contexto, como seres moles e incapazes, de superar os seus próprios limites (TOLEDO, 2013).

Quando, há uma participação de meninos e meninas, em atividades esportivas, a geração de conflito nesse quesito realmente passa a ser maior, na qual seria a missão do professor, de fato, saber lidar com essas espécies de conflitos, que levariam a distinção entre meninos e meninas, passando a gerar momentos de discriminação, pois por um princípio dito cultural, foi ensinado aos meninos a acharem as meninas sempre “moles”, e não estando realmente preparadas para a realização de atividades esportivas que exigem, força, atenção e o principal agilidade (TOLEDO, 2013).

Dentre essas aulas, que passariam de fato a serem preparadas, e sempre mostrando rigidez nesse princípio de preparação esportiva, e desses meninos, que na qual era realmente exigido uma maior rigidez nesse princípio de preparação dos meninos, do que das meninas (TOLEDO, 2013).

As aulas de Educação Física, partindo do princípio, de que há muito realmente a deve ser feito, pois não pode ter uma visão estereotipada, como processo de suporte e apenas mostrar que trazendo essa realidade para os princípios atuais, deve-se abrir esse espaço, para os profissionais que sejam de fato formados, e não deixando estimular tanto meninos, como meninas a prática de hábitos que de fato sejam saudáveis e mostrar que deve haver uma união entre os gêneros, para a promoção de atitudes de respeito, que antes, era algo que não era levando em consideração a promoção de respeito ao próximo.

Segundo Toledo (2013), nota-se, que há preocupação, em que os professores de Educação Física, possuam formação adequada para poder preparar e ensinar meninos e meninas, dentro do Regime Militar, a cuidarem de seus corpos, e poder preparar-se para futuras competições, só que esse fator, da preparação, passa a ser atribuído pelos baixos salários, e esses professores, realmente querem mesmo buscar outros tipos de atividades, que pudessem trazer um lucro, muito maior para os mesmos, além dos obstáculos da própria educação, como a falta de recurso, para poder atrair essas aulas, aos olhos dos alunos.

A essa atenção, sobre o que realmente seria a prática esportiva, nota-se que a formação desse profissional durante o chamado Regime Militar (1964-1985), no qual os mesmos não possuíam a formação necessária a realização de uma Educação Física, que poderia ser voltada para as práticas pedagógicas, portanto se

faz necessário afirmar que essa preparação deve ser sempre realizada por profissionais que de fato sejam formados e ainda mostrando que a Educação Física durante o Regime Militar Brasileiro (TOLEDO, 2013).

Isso depois que a fundação da chamada Escola Nacional de Educação, que surgiu durante o governo do então ex-presidente Getúlio Vargas, passou a ser fortemente vinculada a prática desportivas e a imagem militar.

Um projeto que não surgiu durante a década de 1980, e sim mostrar que essa realidade se nota que aliar as práticas esportivas ao processo de formação militar, mostrava que realmente era um dos meios, de ao menos conseguir manter a disciplina de menos, e futuros homens dentro dessa vertente, seguindo os modos de uma educação francesa (TOLEDO, 2013).

Como dito anteriormente, que toda a mudança social acaba refletindo nas mudanças de cunho educacional, reflexo esse que parte da análise de alguns pontos da educação brasileira, que realmente necessita ser enaltecido como mostrado por pontos que nesse princípio deveria ser realmente trabalhado dentro do cenário educacional brasileiro:

Entre os inúmeros culpados pelo fracasso esportivo brasileiro encontramos o analfabetismo, o déficit habitacional, a precária educação sanitária, o déficit nutricional decorrente de uma alimentação pobre e uma previdência social em desacordo com os "novos tempos". Esses culpados, frutos de "um processo secular", estavam em vias de serem superados pela pujança da política implantada pelos governos militares. A alternativa, claro está, seria a invenção do novo - pois é de invenção que se trata no plano discursivo - motivo pelo qual o autor se jactava ao declarar: "Felizmente, para júbilo dos brasileiros, o Governo Revolucionário já vem adotando providências que darão nova estrutura e meios à política nacional da Educação Física e dos Desportos". (OLIVEIRA, 2012, p, 7)

Só que esse investimento realizado ao longo dos anos, para que as aulas de Educação Física, realmente tivesse todo o cuidado, para ser preparado com as práticas desportivas e atendendo a necessidade de um governo que para outros países passou a investir de maneira maciça em esporte e a preparação de futuros homens, para serem disciplinados, só que um lado do fracasso que essas práticas esportivas passam a assumir, é necessário compreender que problemas como o analfabetismo, a fome, problemas com moradia, e elementos que acabam travando o seu desenvolvimento, que se faz necessário a inserção das chamadas práticas

pedagógicas para que essas aulas possam sempre ser o suporte necessário para a realização do desenvolvimento do indivíduo como um todo, e não apenas aqueles que buscam insistir que essas servem para formar homens disciplinados, e as mulheres sempre não teriam a real capacidade de desenvolver as suas habilidades (TOLEDO, 2013).

Para aulas planejadas, sempre deverá ter pessoas preparadas dentro da área de Educação Física, e aliar essa área de conhecimento, com as práticas e metodologias pedagógicas que mostram realmente essas aulas, além de fatores como a disciplina, sempre está aliada a necessidade de desenvolver seres que venham a contribuir de maneira significativa para a formação social e sempre o professor que irá realizar a mediação desse conhecimento, e não como era antes de sempre atender as exigências militares dentro de um território que antes buscava por disciplina e corpos perfeitos (TOLEDO, 2013).

Além desse planejamento, que realmente se torna algo essencial para a realização de suas aulas e sem ser alvo da censura, que é estabelecida dentro do regime militar, isso logo após do fechamento do congresso nacional, através do Ato Institucional nº 05, será analisado no próximo item.

3.3 A repressão militar invadiu o sistema educacional brasileiro

Em todos os setores da educação brasileira, se observa que realmente a censura foi um sério problema, e o maior recorte nesse período seria todo o sistema educacional e cultural, evidenciando que nesse período, os professores em diferentes momentos da esfera de ensino, estavam sofrendo perseguições, dentro e fora do ambiente escolar e ainda passaram a surgir após a essa perseguição houve a criação de algumas disciplinas como a Organização Social e Política Brasileira e a Educação Moral e Cívica (DUARTE, 2014).

E por toda a tentativa de realmente conseguir realizar ações, que viessem de fato dinamizar todo o processo de construção do ensino-aprendizagem, nota-se que de fato, o regime militar passar a colocar um policial militar à paisana dentro de

cada ambiente escolar, para verificar e averiguar de mais perto as ações que se fazem necessária para poder combater os atos de subversão (DUARTE, 2014).

Como um processo de experiência, dessas ocasiões, Duarte (2014), relata que a partir de um desenho que fora dado a professora em forma de presente deu bastante confusão em Osasco em 1970:

Um desenho dado de presente por uma professora a um aluno deu muita confusão na Osasco de 1970. Naquele ano, uma professora de artes no Colégio Estadual Quitaúna, estudante de belas-artes em SP, fez como trabalho de faculdade um desenho de Che Guevara. Um aluno seu no Quitaúna gostou, pediu e o ganhou dela, que ainda pôs de dedicatória “Ao guerrilheiro de amanhã”. Mas o aluno do Quitaúna — colégio em frente ao quartel onde servia Carlos Lamarca — era José Domingues, irmão de Roque Aparecido, da VPR de Lamarca, e João Domingues, da VAR-Palmares. O desenho acabaria descoberto pela repressão. (DUARTE; 2014, s.p)

Nessa ocasião, chegaram a achar que a professora que ganhou o desenho do seu aluno, era da luta armada, contudo a mesma não possuía nenhuma espécie de ligação com nenhum tipo de movimento de representação esquerda, por sua vez, através dos mínimos detalhes, que realmente se notam a necessidade de ao menos conseguir chegar a pessoas e ainda por cima atos que condenem a subversão, mesmo sem a pessoa ter nenhum tipo de culpa perante aos militares (DUARTE, 2014).

Neste ínterim, sobre a censura, dentro do ambiente educacional, houve um cuidado, ainda por parte desses militares, em selecionar, tudo aquilo, que realmente deveria estar nos livros didáticos, e o surgimento de novas disciplinas que de maneira automática deveriam estar nos currículos escolares.

Sobre a censura, nota-se que realmente até os livros entraram na lista, de prioridades da censura militar, pois nesse caso, deveriam de fato, passar a filtrar tudo aquilo, que seria interessante os civis saberem, ou até mesmo aprenderem, e a divulgação de livros, para indicação de leitura, em centros de ensino, em especial os centros universitários, passariam a ser grandiosos problemas, para professores, como nesse quesito, mostrar que até mesmo professor poderia ser indicado como um ato de subversão, ficando na mira dos militares (DUARTE, 2014).

Livros, professores, o sistema educacional por completo, todo vigiado dentro e fora do ambiente escolar, além de professores que passam a ser vigiados por militares, sempre o mínimo de privacidade, e muitos deles acabaram não sendo visto mais por parentes, e até mesmo por entes queridos (DUARTE, 2014).

Além da disciplina de Organização Social e Política Brasileira, nesse quesito uma outra disciplina que passa a ser instaurada dentro desse contexto educacional, passa a ser vista é a disciplina de Educação Moral e Cívica, e com olhares criteriosos, realmente se faz necessário que haja um reforço de valores para os militares, passam a ser obrigatórios dentro da sala de aula:

O controle da educação e da informação serviu, nos regimes políticos autoritários, para inculcar valores e assegurar a obediência dos indivíduos. Os manuais de educação são um exemplo. É um material rico no que se refere à expressão de conhecimento e de valores de uma época. Eles manifestam práticas culturais e políticas muitas vezes calcadas no discurso fundador da nacionalidade, no intuito de formar modelos desejados de identidade. Reforçaram, no caso da ditadura, princípios relacionados à hierarquia, à autoridade, à ordem e à tradição. O apelo emocional, expresso nos textos e nas imagens, serviu para reforçar valores atrelados ao patriotismo, ao trabalho e à família. (SOUSA, 2015, p. 07)

Disciplinas, que nesse contexto, realmente se fazem obrigatórias, assim como a disciplina de Educação Física, passando nesse caso, por reformas que foram propostas para o ensino, logo nos primeiros anos do novo governo.

Se pensarmos no Brasil durante a ditadura, veremos, a partir de uma pedagogia moral e do corpo, uma constituição nas instituições de ensino, na prática de educação física, esportiva e de lazer. A intenção era a de fazer da atividade física, e também do esporte, um elemento comum ao cotidiano das pessoas. Dessa maneira, seria possível canalizar as energias para evitar a crítica ou questionamento ao governo militar, propiciar uma educação para o trabalho e para a competitividade, reforçar a prática do disciplinamento e associar equilíbrio social e saúde social (VIEIRA, 2009, p. 387-414).

Todo um processo de ensinar os futuros homens, a estarem sempre cultuando a formação corporal, continuamente, mostrando nesse quesito a total importância da disciplina, e até mesmo nos anos iniciais, dentro da formação acadêmica, em que por parte dos próprios professores haveria uma necessidade de

sobremaneira, em se exigir muito mais dos meninos, do que das próprias meninas, em que o governo via através dos próprios meninos, futuros indivíduos, que ao menos serviriam para garantirem a necessidade do regime militar (SOUSA, 2015).

Dentro da sociedade brasileira, durante os vinte e um anos, em que os militares permaneceram no poder comandando os mais diversificados setores da sociedade brasileira, nota-se que o silenciamento na produção intelectual e cultural brasileira, ofuscou os moldes de uma educação que preparava o cidadão a não somente atender as necessidades de uma sociedade repressora e opressora, mas sim colocar em evidência, que o governo do Brasil, foi o manipulador de um setor da educação que é a principal mola propulsora de todas modificações necessárias para que a sociedade possa resolver outros problemas, em especial a violência, o abandono e até o mesmo o tráfico.

Assim, nota-se que realmente a ocupação da Educação Física dentro das instituições escolares, mostram que existe uma necessidade em mostrar padrões que levassem a todos terem uma vida saudável, além de terem atletas de renome para levar o nome do Brasil, em competições internacionais.

Portanto, conclui-se que as aulas de Educação Física neste âmbito, evidencia que alunos, em especial, os meninos, estavam sendo constantemente testados, para sempre serem os melhores trabalhando e estimulando o sentimento de competição e total vitória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo do referido trabalho de conclusão de curso foi analisar a trajetória do processo histórico da educação física, em território brasileiro durante o regime militar (1964-1985), um período muito conturbado dentro da história brasileira, com grandiosas transformações sociais, que tiveram os seus reflexos dentro do cenário brasileiro, que passaram de fato a ser refletida dentro do sistema educacional do país.

A censura com requintes de crueldade, passa a tomar conta de todo o povo brasileiro, paralisando boa parte da produção intelectual, e fora a quantidade de exilados que realmente tiveram que sair do país por questões de sobrevivência.

Neste ínterim, arguindo sobre a Educação Física, no qual nesse referido período, passa a assumir, uma postura militar, cultuando o corpo, e todas as necessidades que envolvem o corpo e além disso, mostrando que nesse quesito é realmente necessário evidenciar que as aulas de Educação Física, visam trabalhar com esses alunos um sentimento de total vitória.

Por separação de sexo, e de idade, as aulas de Educação Física, sempre foram mais visadas para a formação corporal e estimulação do sentimento de vitória, ainda mais ao se tratar de competição, favorecendo a toda estimulação dos meios de propaganda do regime militar dentro do território nacional, e com isso verifica-se que esses eram vistos como futuros seres que guardariam o país de atos de subversão.

Partindo de uma revisão bibliográfica, nota-se que mesmo se tratando de um tema que demonstrou a instauração da censura, há nesse ponto, as aulas de Educação Física passam a ter uma preocupação com a formação do profissional, somente a partir em meados da década de 1970.

Aulas que realmente se mostram com necessidade de serem planejadas e com pessoas que realmente deve ser visto, com significativa importância, e não deixando de realmente estarem trabalhando a segregação de gêneros, mostrando que somente os meninos, passariam a ter a voz necessária, pois as meninas

passariam a ser vistas por eles como seres que não tinham a capacidade de ter a mesma força dentro do processo de disciplina, obediência e força.

Portanto, conclui-se que realmente, não somente a disciplina de Educação Física, passa a ser obrigatória dentro do cenário educacional, mas juntamente com essa, acaba merecendo o verdadeiro destaque, as disciplinas de organização social e política brasileira, e juntamente com essa a Educação Moral e Cívica, na qual os militares, passariam a tomar as rédeas do que seria de fato a nova forma de ensinar os brasileiros.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Gustavo; JÚNIOR, Luiz Gonçalves; **A educação física escolar no período da ditadura militar: análise de depoimentos de ex-alunos da cidade de Brotas/SP.** Disponível em: <http://www.eefe.ufscar.br/upload/1.pdf>. Acesso em: 11 out. 2019.

CANDEU, Gabriela Naiara de Souza; VERMEERSCH, Paula Ferreira; **A ditadura militar e suas consequências na consciência da educação como política.** Disponível em:

<http://www.unoeste.br/site/enepe/2016/suplementos/area/Humanarum/Educa%C3%A7%C3%A3o/A%20DITADURA%20MILITAR%20E%20SUAS%20CONSEQU%C3%84NCIAS%20NA%20CONSCI%C3%84NCIA%20DA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20COMO%20POLITICA.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

CASTRO, Celso. **In corpore sano: os militares e a introdução da educação física no Brasil.** Antropolítica, Niterói, RJ, nº 2, p.61-78, 1º sem. 1997.

CUNHA, Ana Rita da; CALÇADE, Paula; **A Educação era melhor na época da ditadura?** Disponível em:

<https://novaescola.org.br/conteudo/12558/a-educacao-era-melhor-na-epoca-da-ditadura>; Acesso em 28 out. 2019

DUARTE, Alessandra; **Repressão da ditadura militar também invadiu as salas de aula;** Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/repressao-da-ditadura-militar-tambem-invadiu-as-salas-de-aula-11896867>. Acesso em: 01 nov. 2019

FERREIRA, Ana Letícia Padeski; JACOBOUSKI, Willian Isaac Martins. **Compreendendo as aulas de educação física na ditadura militar.** Disponível em: [portaldeperiodicos.unibrasil.com.br › analsevinci › article › download](http://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/analsevinci/article/download). Acesso em: 12 out. 2019.

MELO, Vitor Andrade de; NASCIMENTO, Randeantony C. **O papel dos militares no desenvolvimento da formação profissional na Educação Física brasileira.** Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/162_vitor.pdf. Acesso em: 01 nov. 2019

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. **Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência.** Revista Bras. Cienc. Esporte. Campinas, v. 25, n. 2, p. 9-20, jan. 2004. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/223>. Acesso em: 22 set. 2019

_____. **Esporte e política na ditadura militar brasileira: a criação de um pertencimento nacional esportivo;** Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/32108/23453>. Acesso em: 01 nov. 2019

SILVA, Sheila Aparecida Pereira dos Santos; ARAÚJO, Wesley Batista. **A Educação Física escolar na época da ditadura militar no Brasil: vozes de professores.** Disponível em:

https://www.upo.es/revistas/index.php/materiales_historia_deporte/article/view/1602.

Acesso em: 01 nov. 2019

SOUSA, Mayara Viviane Silva de; QUEIROZ, Lavínia Maria Silva; NÓBREGA; Alessandro Teixeira. **As adversidades da educação na ditadura militar brasileira e a erupção do pensamento crítico.** Disponível em:

https://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/TRABALHO_EV057_MD1_SA1_ID2467_30092016214858.pdf. Acesso em: 11 out. 2019.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. **Práticas de esporte, educação física e educação moral e cívica na ditadura militar: uma higiene moral e do corpo;** Disponível em: [periodicos.pucminas.br > index.php > cadernoshistoria > article > viewFile](http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/viewFile). Acesso em: 02 nov. 2019

SOUZA, João Guilherme Coutinho Amaral de; COELHO, João Victor Morozini; **Currículo escolar no regime militar.** Disponível em: <http://www.erh2014.pr.anpuh.org/anais/2014/153.pdf>. Acesso em: 28 out. 2019

TOLEDO, Charliny Marciely Alves; **Práticas de educação física na escola em Uruana/Goiás (1970- 1980).** Disponível em:

<https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/4547/5/TCCG%20%E2%80%93%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20F%C3%ADsica%20-%20Charliny%20Marciely%20Alves%20Toledo.pdf>. Acesso em 01 nov. 2018